

ALADI/CR/Ata 714
13 de outubro de 1999
Hora: 10h às 11h40m

ORDEM DO DIA

1. Aprovação da ordem do dia.
 - Incorporação ao Comitê de Representantes do Senhor Embaixador Vasile Macovei como Representante Observador da Romênia.
 2. Assuntos em pauta.
 3. Consideração das atas correspondentes às 712ª. e 713ª. Sessões.
 4. Relatório da XXXV Reunião do Conselho para Assuntos Financeiros e Monetários.
 5. Consideração do Relatório Final da IV Reunião Técnica de Responsáveis pelo Fornecimento das Estatísticas de Comércio Exterior (ALADI/RE.COMEX/IV/Relatório Final).
 6. Discussão do tema “Medidas não-tarifárias no âmbito da ALADI”.
 7. Consideração do documento “Elementos para o aperfeiçoamento do Regime Regional de Salvaguardas” (ALADI/SEC/dt 402).
 8. Assuntos diversos.
 - Informe do Secretário-Geral sobre a Quinta Assembléia Extraordinária da Comissão de Turismo da América do Sul (COTASUL) (Santiago, 25 de setembro).
-

Preside:

JOSÉ RAFAEL SERRANO HERRERA

Assistem: Carlos Onis Vigil, Noemí Gómez, Gustavo Vivacqua e Julia Adriana Pan (Argentina), Mario Lea Plaza Torri e María Elena García de Baccino (Bolívia), José Artur Denot Medeiros, Afonso José Sena Cardoso, Eduardo Paes Sabóia, Paulo Roberto Ribeiro Guimarães e João Mendes Pereira (Brasil), Augusto Bermúdez Arancibia e Alejandro Marisio (Chile), Manuel José Cárdenas e Fabio Emel Pedraza Pérez (Colômbia), Miguel Martínez Ramil (Cuba), José Rafael Serrano Herrera, Julio Prado Espinosa e Carlos Santos Repetto (Equador), José Luis Solís, Julio Lampell, Arturo Juárez e Juan Antonio Nevárez (México), Gloria Amarilla Acosta e Luis Alfonso Copari (Paraguai), José Eduardo Chávarri García, Agustín de Madalengoitia e Ricardo Benjamin Romero Magni (Peru), Jorge Rodolfo Tálíce e José Roberto Muínelo (Uruguai), Ruben Pacheco e Yaritza Barbosa (Venezuela), Francisco Villalobos (Costa Rica), Elia del Carmen Guerra (Panamá), Vasile Macovei (Rômenia) e Roberto Casañas (OEA).

Secretário-Geral: Juan Francisco Rojas Penso.

Secretários-Gerais Adjuntos: Leonardo Mejía e Gustavo Adolfo Moreno.

Secretaria: Alberto Otero Bosque e Edgardo Antelo.

PRESIDENTE. Está aberta a sessão.

1. Aprovação da ordem do dia.

PRESIDENTE. Em consideração.

Tem a palavra o Senhor Representante do México.

Representação do MÉXICO (José Luis Solís). Obrigado, Senhor Presidente.

Desejaria solicitar, em cumprimento do programa de atividades da ALADI para o presente ano, que seja incluído na ordem do dia o seguinte tema: consideração do documento "Elementos para o aperfeiçoamento do Regime Regional de Salvaguardas" (ALADI/SEC/dt 402). Muito obrigado.

PRESIDENTE. Em consideração a sugestão do Senhor Representante do México.

Se não há observações, APROVA-SE a ordem do dia com a inclusão do ponto sobre consideração do documento "Elementos para o aperfeiçoamento do Regime Regional da Salvaguardas" (ALADI/SEC/dt 402).

- Incorporação ao Comitê de Representantes do Embaixador da Romênia, como Representante Observador.

PRESIDENTE. O Governo da Romênia acreditou o Embaixador Vasile Macovei, que apresentou à Presidência e ao Secretário-Geral suas credenciais como Observador neste Comitê.

O Senhor Vasile Macovei, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário de seu país aqui em Montevideu, em sua longa história diplomática foi representante de seu país como Adido Cultural em Berlim, Encarregado de Negócios no Chile, Cônsul-Geral no Rio de Janeiro e Primeiro-Conselheiro em Madri.

O Embaixador Macovei é Licenciado em História e Letras, com pós-graduação em Diplomacia e Relações Internacionais. Em seu país ocupou os cargos de Diretor da Direção Cultural e de Diretor da Direção da Europa Ocidental.

Para mim é importante dar as boas-vindas ao Embaixador Macovei. Desejo-lhe muitos êxitos e estou convencido de que os programas de cooperação desenvolvidos pelo Governo da Romênia com a Associação e com os países-membros da Associação serão incrementados.

No diálogo com o Senhor Macovei nos anunciou, tanto ao Secretário-Geral como a mim, que seu Governo está aberto, que tem a melhor disposição de colaborar, tanto com a Secretaria-Geral como com os países-membros desta Associação, especialmente no referente ao treinamento, à preparação dos quadros da Secretaria e dos países, na formação de estudos superiores.

É um prazer dar as boas-vindas ao Embaixador Macovei.

Tem a palavra o Senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Senhor Presidente.

Igualmente, em nome da Secretaria-Geral e no meu próprio, damos as mais cordiais boas-vindas ao Embaixador Vasile Macovei, que hoje se incorpora ao Comitê de Representantes como Observador, como Representante da República da Romênia.

Como manifestava o Presidente, na conversa que tivemos na semana passada, por ocasião da apresentação das credenciais, o Embaixador Macovei destacou os programas de cooperação que estão sendo desenvolvidos com a ALADI desde o ano de 1996. Estes programas foram utilizados por vários países-membros, através da aplicação de bolsas em favor de alguns estudantes dos países latino-americanos que integram a ALADI. Entendemos que em alguma ocasião houve participação de dois ou três estudantes de nacionalidade equatoriana na Romênia, que aproveitaram as bolsas de estudo oferecidas pela Embaixada da Romênia, através da Associação.

Esperamos que esta cooperação continue sendo aprofundada. Continuamos em um processo de permanente intercâmbio de informações, e o Embaixador Macovei nos manifestava que quando façamos alguma visita ao continente europeu seria interessante ir à capital de seu país a fim de realizar uma visita oficial e concretizar ainda mais algumas ações relacionadas com o programa de cooperação vigente entre a Associação e esse país. Esperamos ter a sorte de que isso aconteça em breve.

Enquanto isso não acontece, desejaríamos novamente reiterar, em nome da Secretaria, as boas-vindas ao Embaixador Macovei e esperamos que tanto sua permanência em Montevideu, sede de nossa Associação, sua participação no Comitê de Representantes, bem como seu vínculo com a Secretaria-Geral sejam de muito proveito, para seu país e para nós. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Secretário-Geral.

Convido o Embaixador Macovei para fazer uso da palavra.

Embaixador da ROMÊNIA (Vasile Macovei). Senhor Presidente do Comitê de Representantes da ALADI, Senhor Secretário-Geral, Senhores Representantes dos países-membros, Senhores Observadores e Representantes de Organismos Internacionais, senhoras e senhores, desejaria manifestar, em primeiro lugar, nossa gratidão pela cordialidade deste convite.

É uma expressão da amizade de nossos povos, colocados pelo destino a uma grande distância geográfica, mas próximos pelas reconhecidas afinidades espirituais, por sua determinação e vocação de liberdade e de independência.

Em dezembro de 1989 o povo romeno derrocou, mediante uma heróica revolução, o regime totalitário. Superávamos assim uma síncope histórica funesta, que afetou, durante mais de quatro décadas, o natural desenvolvimento de nosso país.

Durante os anos transcorridos desde então, a fisionomia da sociedade romena mudou radicalmente; primeiro, no plano da vida política e dos direitos e liberdades dos cidadãos e, depois, no plano econômico.

Os Governos de alguns países latino-americanos foram os primeiros em reconhecer expressamente as autoridades constituídas como consequência da revolução de dezembro de 1989.

País europeu, associado à União Européia, tendo uma relação de sócio especial com a OTAN, a Romênia é sempre consciente de sua raiz latina e do patrimônio histórico e cultural que tem junto com os países da América Latina.

A partir de 1990, a dimensão latino-americana da política romena adquiriu contornos cada vez mais definidos. A realidade é que somos os passageiros da mesma nave planetária e nas condições do destino único, a interdependência da Romênia com os países da América Latina é cada vez maior. Estes últimos anos registraram novo impulso, tanto nas relações bilaterais como nas organizações interamericanas e latino-americanas.

Em outubro de 1990, a Romênia foi admitida como Observador permanente junto à Organização dos Estados Americanos. Desde 15 de dezembro de 1993, a Romênia é Observador perante o Comitê de Representantes da ALADI.

O programa de cooperação entre a Romênia e a ALADI, acordado há cinco anos, afirmou amplas perspectivas para a realização de ações e projetos cuja concretização redundará em um benefício recíproco de nossos países. As entrevistas do Chanceler romeno, Senhor Andrei Gabriel Plesu, com autoridades da ALADI, em Montevideu, no mês de novembro de 1998, enfatizaram, mais uma vez, os vínculos políticos e econômicos que unem nossos países.

Como demonstração de apreço pelo trabalho histórico da ALADI na região, a Romênia está interessada em participar e organizar ações de interesse mútuo por ocasião do aniversário da ALADI, no próximo ano.

Desejo informar a Vossa Excelência que todos os países da ALADI têm embaixadas na Romênia e na região da Europa Central e Oriental; além disso, a Romênia é o único país que tem uma maravilhosa Casa da América Latina, que está a sua disposição, Senhor Presidente, Senhor Secretário-Geral, para as comemorações dos vinte anos da ALADI, onde podemos organizar para toda Europa, a parte da Europa Central e Oriental, ações, conferências, projeções, filmes, concertos e exposições e tudo o que os senhores pensam fazer juntos e programar para este continente.

Temos certeza de que em nossa missão contaremos com toda a colaboração do Comitê de Representantes e da Secretaria-Geral da ALADI. Muito obrigado.

- Aplausos.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Embaixador, por suas palavras, que solicito que sejam registradas em atas, e reitero-lhe as boas-vindas em nome do Comitê.

Passamos ao seguinte ponto da ordem do dia.

2. Assuntos em pauta.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Senhor Presidente. No documento que está em poder dos Senhores Representantes constam as notas e documentos aos quais corresponde dar entrada na presente sessão.

Cabe salientar, em primeiro lugar, a comunicação da Representação do México informando o interinato do Ministro José Luis Solís como Encarregado de Negócios da Representação Permanente do México junto à Associação, depois do término de funções do Embaixador Rogelio Granguillhome.

Em segundo lugar, Presidente, cabe destacar a nota enviada pela Representação do Paraguai junto à ALADI, comunicando a transferência da Licenciada Teresa Narvaja Ramírez para a Embaixada política de seu país junto ao Governo uruguaio. Desejamos êxitos à Licenciada Narvaja Ramírez em suas novas funções e certamente estaremos em contato com ela pela proximidade geográfica que nos une.

Finalmente, Presidente, cabe destacar o convite recebido do Senhor Presidente do Conselho de Estado da República de Cuba para participar da Reunião de Cúpula Ibero-Americana, que se realizará em Havana nos dias 15 e 16 de novembro próximo.

Esses são os assuntos em pauta mais destacados, Senhor Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Passamos ao ponto seguinte.

3. Consideração das atas correspondentes às 712^a. e 713^a. Sessões.

PRESIDENTE. Em consideração.

Não havendo observações, APROVAM-SE.

4. Relatório da XXXV Reunião do Conselho para Assuntos Financeiros e Monetários.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Secretaria-Geral.

SECRETARIA (Alberto Otero Bosque). Obrigado, Senhor Presidente.

A XXXV Reunião do Conselho para Assuntos Financeiros e Monetários da ALADI realizou-se, como os senhores sabem, na cidade de Washington, nos dias 23 e 24 de setembro passado.

Participaram todos os bancos centrais membros. O Banco Central do Equador, por razões de força maior, chegou atrasado à reunião.

A Presidência foi exercida pelo governador do Banco Central da República Dominicana, Doutor Héctor Valdez Albizu, e o temário da reunião consistiu em analisar e tomar medidas sobre o conteúdo do relatório da XXXIX Reunião da Comissão Assessora de Assuntos Financeiros e Monetários.

Os resultados da reunião podem considerar-se satisfatórios, já que nela pôde ser constatado o reconhecimento dos bancos centrais sobre a utilidade atual do Convênio e inclusive a satisfação pelo funcionamento último, onde é mostrado, a nível global, um pequeno aumento das operações canalizadas pelo Convênio, e, a nível de países, um significativo aumento nos casos do Peru, Venezuela, Brasil, Chile e Equador.

Quanto aos diversos itens do relatório da Comissão Assessora, cabe ressaltar o denominado "Resultados da consulta de opinião dos bancos centrais sobre o Convênio". Este tema correspondeu a uma disposição da reunião anterior do Conselho para Assuntos Financeiros e Monetários de consultar diretamente cada banco central, em particular sobre sua visão atual do sistema de pagamentos regional. A consulta foi feita oportunamente e na Comissão Assessora foram tratadas as respostas recebidas de cada um dos bancos centrais. Todos responderam. Todas as respostas foram positivas, algumas mais amplas, outras menos, algumas propondo iniciativas novas ou sugestões de ação, outras explicitando, de forma genérica, seu apoio ao Convênio como sistema de pagamentos e como base para o desenvolvimento de uma cooperação mais ampla em matéria monetária na região.

O Conselho, tendo em vista as considerações feitas pela Comissão Assessora sobre as propostas anunciadas, exortou todos os bancos centrais a que concretizem sua apresentação quando estiverem disponíveis. Também encomendou à Comissão Assessora que no próximo ano ou a partir de hoje até o final do próximo ano se dedique a estudar de forma profunda o Convênio de Pagamentos e suas possibilidades futuras.

Quanto ao outro ponto da agenda, "Mecanismos adicionais que possam diminuir os riscos dos bancos centrais por sua intervenção no Convênio", o Conselho tomou conhecimento e adotou as conclusões da Comissão Assessora sobre uma proposta feita pelo Banco Latino-Americano de Exportações, da qual surgiu que essa proposta não satisfazia o interesse dos bancos centrais quanto à possibilidade de diminuir sua eventual exposição ao risco por sua participação no Convênio.

As razões e as respostas ao BLADDEX foram encaminhadas à Secretaria-Geral, que já preparou as notas correspondentes.

Finalmente, o Conselho tratou outros pontos. Tomou conhecimento e manifestou sua satisfação pelo trabalho da Comissão Assessora sobre a atualização do SICAP, sistema de informação computadorizado de apoio ao Convênio de Pagamentos e sobre as medidas e planos de contingência relacionados com a passagem para o ano 2000.

Quanto ao SICAP/SICOF, o Conselho encomendou, também, à Comissão Assessora iniciar os trabalhos necessários para estender a utilização do sistema SICOF ao controle dos riscos das operações que possam ser canalizadas pelo Convênio.

Isso é, basicamente, o decidido na reunião do Conselho. Estou à disposição dos Senhores para qualquer consulta ou informação adicional. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, por sua informação.

Ofereço a palavra.

Se não há observações, tomamos nota da informação e passamos ao ponto cinco da Ordem do Dia.

5. Consideração do Relatório Final da IV Reunião Técnica de Responsáveis pelo Fornecimento das Estatísticas de Comércio Exterior (ALADI/RE.COMEX/IV/Relatório Final).

PRESIDENTE. Tem a palavra a Secretaria-Geral.

SECRETARIA (Edgardo Antelo). Obrigado, Senhor Presidente.

No passado mês de agosto se realizou na Secretaria, convocada por este Comitê, a quarta reunião de Responsáveis pelo Fornecimento da Informação de Comércio Exterior. Em setembro último foi elaborado e distribuído o relatório final. Faremos um rápido comentário sobre as resoluções e discussões dessa quarta reunião.

Desejo mencionar que participaram os organismos responsáveis pelo fornecimento de estatísticas, Representações Permanentes, bem como representantes das alfândegas e outros organismos convidados, como o BID, a Secretaria-Administrativa do MERCOSUL e a CEPAL.

Na reunião, cujo principal objetivo era aperfeiçoar o sistema, bem como melhorar sua difusão em todos os países-membros, tratou-se, em primeiro lugar, o estado atual da informação com base em uma série de diagnósticos que a Secretaria elabora de forma rotineira e informa os países sobre a qualidade da informação, bem como a oportunidade em que é apresentada.

Nesse sentido indicou-se, como ponto principal, que existem alguns inconvenientes na aplicação do manual de fornecimento, que regula o mecanismo de entrega no que se refere à oportunidade e ao formato da informação. Os organismos responsáveis se comprometeram a fazer os maiores esforços para respeitar a aplicação do manual. Esse manual sofre uma série de atualizações anuais, feitas a partir de recomendações das Nações Unidas, e nessa reunião foram aprovadas as recomendações que serão incorporadas ao manual a partir do ano 2000.

A continuação, realizou-se um diagnóstico de situação, onde foram indicados como avanços significativos a melhor oportunidade em vários países que fornecem a informação com maior pontualidade, mas também se manifestou que não se registram melhoras na aplicação do manual –como manifestei anteriormente- e se registra um retrocesso no que se refere à informação do comércio negociado, informação que não é fornecida por todos os países ou somente foi fornecida por alguns países que deixaram de fornecê-la ou a fornecem com uma série de erros. Já entramos em contato com os organismos respectivos para tentar superar estas dificuldades.

Posteriormente se tratou um tema relacionado com a reunião, porque é importante ter claro que toda a informação de comércio exterior surge dos documentos aduaneiros, que depois são tratados pelas próprias alfândegas ou por um organismo responsável, que pode ser um instituto de estatística ou um banco central. Evidentemente, muitos dos problemas da informação e algumas carências em sua qualidade consistem em que o dado não está bem registrado, não está claramente especificado e em muitos casos está ausente. Então, considerou-se oportuno vincular ambos os temas. A isso se deve a presença de algumas alfândegas que foram convocadas por esta Comissão.

Nesse sentido, o tema foi subdividido. Por um lado, solicitou-se aos organismos fazer os maiores esforços para entregar a informação aduaneira requerida para uma análise interna da Secretaria e, por outro, os organismos responsáveis recomendam a este Comitê –os senhores podem constatá-lo no relatório- que o tema do sistema de informação aduaneira seja tratado pelo foro competente, neste caso, pelo Conselho Assessor.

Outro ponto tratado é favorecer a difusão, que era um dos propósitos da reunião. Foi elaborada uma recomendação, onde se solicita à Secretaria manter e ampliar seus esforços para a maior difusão de informação através de canais efetivos de comunicação como a INTERNET, situação na qual a Secretaria está trabalhando permanentemente. As Representações já perceberam um avanço, e em breve o verão na nova página INTERNET da Secretaria.

Um ponto importante de salientar é que quando foi tratado o tema do fortalecimento dos vínculos entre os organismos e a Secretaria, os organismos responsáveis solicitaram à Secretaria que atuasse como um organismo institucional das gestões que alguns deles realizam entre si, como a conciliação de estatísticas. Por isso verão uma recomendação onde se solicita à Secretaria, além de elaborar e recomendar metodologias que normalmente ficam registradas no que denominamos o manual de informações de comércio exterior, adotar algumas ações para favorecer esse intercâmbio, principalmente o da conciliação das estatísticas de comércio exterior, que atualmente se realiza através de esforços e contatos pessoais entre os organismos. Solicita-se à Secretaria que apóie esses contatos, mas de forma institucional.

Por último, e a partir de uma apresentação do Representante da CEPAL, referente ao comércio de serviços e à informação de transporte, no que tem a ver com o comércio de serviços existe uma recomendação que exorta os países-membros a avançar nesse tema.

Isso é tudo e estou a disposição para qualquer consulta.

PRESIDENTE. Muito obrigado à Secretaria pela informação.

Em consideração.

Tem a palavra o Representante do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Obrigado, Senhor Presidente.

Queria agradecer a informação da Secretaria e fazer alguns comentários sobre esta reunião de Responsáveis pelo Fornecimento de Estatísticas de Comércio Exterior.

Consideramos que a reunião teve resultados importantes e creio que estaríamos todos em condições de aprovar o relatório e as recomendações que nos foram apresentadas.

Este foro, que é um foro técnico, tem, a nosso juízo, dois objetivos principais muito importantes, porque é uma das atividades, que consideramos que dá a nossa Associação uma das vantagens comparativas que devemos aproveitar em nossas atividades programáticas. Essas vantagens têm duas coisas: fundamentalmente, o aperfeiçoamento da base de dados de comércio exterior da ALADI e a facilitação do acesso a estas bases pelos usuários, ou seja, os Governos e os privados.

Nesta última reunião de Responsáveis pelo Fornecimento de Estatísticas foram aprovadas recomendações importantes, e algumas foram mencionadas pelo representante da Secretaria. Gostaria, nada mais, de salientar alguma que outra.

A primeira é que os países devem enviar à ALADI seus dados sobre comércio negociado; isso é muito importante. Propomos que o grupo de trabalho do Comitê, sobre Informação e Cooperação Institucional, seja mantido informado regularmente sobre eventuais dificuldades que os países enfrentem na implementação destas recomendações; ou seja, no fornecimento das informações sobre comércio negociado.

A segunda recomendação importante deste relatório tem a ver com o desenho do arquivo para o fornecimento de informações em função do problema do milênio. Nossa sugestão é que este tema seja avaliado com urgência no grupo de trabalho sobre informação e cooperação institucional.

Uma terceira recomendação importante no relatório tem a ver com a autorização do desenho do registro para fornecimento de informação de comércio exterior. Esse desenho do sistema, que é uma atividade do Grupo de Trabalho de 99 da Associação, mereceria ser apresentado em uma primeira instância neste mesmo Grupo de Trabalho de Informação.

Finalmente, o tema das operações de zonas francas, que é um tema importante de estatísticas, onde às vezes há uma lacuna em nossas estatísticas. Na verdade, vários países anunciaram na reunião que modificarão suas formas de registro dessas operações de zonas francas, e seria importante que nós, através do Grupo de Trabalho de Informação, fôssemos informados sobre essas mudanças.

Há muitas coisas para fazer, há muitas coisas para aperfeiçoar, e o que basicamente estou sugerindo é que este Comitê delegue no Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Atividades de Informação e de Cooperação Institucional a supervisão da execução das recomendações desta reunião técnica, desta Quarta Reunião de Responsáveis pelo Fornecimento de Informações.

E faço uma última sugestão: pelas vantagens comparativas desta atividade dentro de nosso programa de atividades, pelo fato de que se está trabalhando de forma séria, como está claro neste relatório, minha sugestão é que essas reuniões de técnicos Responsáveis pelo Fornecimento das Estatísticas de Comércio Exterior se realizem não cada dois, mas uma vez por ano pelo menos, na sede da Associação, porque considero que aí sim

estamos diante –repito- de uma atividade muito importante para os países-membros e os potenciais clientes da Associação. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado à Delegação do Brasil. Tem a palavra a Representação do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Roberto Muinelo). Obrigado, Senhor Presidente.

Coincidimos amplamente com as palavras do Representante do Brasil e queremos também propor que as reuniões dos Responsáveis pelo Fornecimento de Estatísticas de Comércio Exterior sejam feitas com mais freqüência e não como atualmente, fato que fez perder, de alguma maneira, o controle ou o acompanhamento do tema.

Chama-nos poderosamente a atenção este retrocesso de que nos fala a Secretaria, e que foi constatado na reunião, sobre a perda de informação do comércio negociado, que é muito importante para quantificar os diferentes acordos no âmbito do processo de integração econômica.

Desejaríamos saber, se possível, as razões pelas quais os países foram deixando paulatinamente de fornecer informações, em função do que estipula o guia.

Em terceiro lugar, Senhor Presidente, também o tema de que algumas informações não são fornecidas, e nesse sentido desejo fazer duas perguntas: os documentos aduaneiros não têm esse tipo de informações para enviar? Os países ou os operadores não as enviam?

Por enquanto, somente isso, Senhor Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado.

Tem a palavra o Senhor Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado, Senhor Presidente.

Em primeiro lugar, também para parabenizar a Secretaria pelo relatório e sua apresentação. Também para acompanhar as expressões dos Representantes do Brasil e do Uruguai com relação a este tema e para manifestar que para a Argentina sempre foi um dos temas centrais que maneja esta Associação.

Consideramos que se não podemos sair do básico, que é ter uma nomenclatura comum para saber que estamos comercializando na Associação, é muito difícil falar de integração. Ou seja, considero elementar poder analisar o comércio que estamos realizando entre nós.

Surpreende-me neste relatório da Secretaria a referência ao comércio negociado. Pensava que estávamos melhorando o sistema sobre a aplicação da NALADI/SH, mas parece que estamos abandonando cada vez mais a NALADI/SH. Talvez seja importante a sugestão do Brasil no sentido de que isto passe ao controle direto do Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Atividades de Informação e de Cooperação Institucional para analisar por que acontece isto e se a realidade mostra que não é o sistema apropriado, que se proponham alternativas.

Não sei quais podem ser as alternativas, mas não podemos continuar dizendo que falamos de integração se não podemos ter as cifras de comércio exterior, que é a base para qualquer análise, estudo ou projeção; cada um de nós está falando uma língua diferente; é complicadíssimo. Para nós é um trabalho excessivo que a Secretaria sempre tenha que homologar a informação que recebe. É complicadíssimo.

Ou seja, devido à importância do tema, considero que o Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Atividades de Informação e de Cooperação Institucional deveria tomar dois ou três temas centrais, sobretudo começando por comércio negociado, o tema NALADI/SH, e propor alternativas ou soluções para que possamos, a partir de 2000, começar a manejar cifras transparentes e que a informação se democratize através da INTERNET ou através das Representações, através de quem seja, mas que o fornecimento de informação seja imediato. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado.

Tem a palavra o Senhor Representante do Chile.

Representação do CHILE (Augusto Bermúdez Arancibia). Obrigado, Senhor Presidente.

Para concordar com o manifestado com tanta clareza por meus colegas da Argentina, Brasil e Uruguai.

Desejaria consultar a Mesa sobre o procedimento que vamos seguir, porque embora haja uma quantidade de temas sobre os quais o grupo de trabalho pode fazer o acompanhamento, neste relatório há dois tipos de recomendações: um, que aponta diretamente à gestão da Secretaria e outro, que aponta para decisões deste Comitê. Há dois ou três, pelo menos, que se referem, expressamente, para decisões do Comitê de Representantes.

Por conseguinte, a dúvida formal está em que se aprovamos o relatório, fica automaticamente aprovado aquilo ou depois a Secretaria elaborará um projeto de resolução? Enfim, não tenho claro qual será o procedimento. E minha idéia seria adotar o mais expedito e mais útil para a gestão da Secretaria. Sem prejuízo, como manifestei, de que o grupo de trabalho faça o acompanhamento e estude que apoio operacional pode dar à Secretaria. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante.

Antes de dar a palavra ao Senhor Representante da Colômbia, talvez atendendo à preocupação do Embaixador Bermúdez, penso que neste Comitê, uma vez recebido o relatório e escutadas as sugestões dos países, poderíamos simplesmente tomar nota das informações e enviá-las ao Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Atividades de Informação e de Cooperação Institucional para que nele sejam apresentadas as sugestões, ações que seriam consideradas em outro momento pelo Comitê de Representantes.

Tem a palavra o Senhor Representante da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Manuel José Cárdenas). Obrigado, Senhor Presidente.

Desejo manifestar que estou de acordo com as sugestões feitas anteriormente e solicito à Secretaria que nos esclareça um pouco mais o que se poderia fazer em matéria

de serviços, já que a apresentação foi muito geral, e desejaria conhecer um pouco mais a idéia que se tem a esse respeito. Obrigado.

PRESIDENTE. Ofereço a palavra à Secretaria para responder ao Senhor Embaixador da Colômbia.

SECRETARIA (Edgardo Antelo). Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Embaixador, a finalidade da reunião de técnicos responsáveis pelo fornecimento de estatísticas de comércio exterior não era o tema de serviços. Aconteceu que pela apresentação do representante da CEPAL considerou-se importante recolher sua preocupação e fazer uma recomendação onde se exorta o Comitê a adotar providências no sentido de avançar em um sistema de informação do comércio de serviços. Ou seja, não era o foro competente para tratar esse tema. A reunião era para fornecer informação de comércio exterior, mas como se falou do tema de serviços, considerou-se conveniente que constasse no relatório para que o Comitê tomasse conhecimento de que os organismos responsáveis entendiam que era importante tratá-lo neste âmbito.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Senhor Representante da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Manuel José Cárdenas). Simplesmente para dizer que é um tema muito importante, mas que, evidentemente, apenas foi mencionado como preocupação na reunião. Talvez a Secretaria, juntamente com a CEPAL, deva fazer algum estudo mais sério, mais profundo, para indicar alguns caminhos sobre a forma como deveria ser tratado o tema. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado.

Tem a palavra o Senhor Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado, Senhor Presidente.

Desejaria acompanhar a proposta da Presidência no sentido de que o documento seja submetido à consideração do grupo de trabalho para que nos sugira alternativas, soluções ou recomendações.

Em princípio, falando em termos gerais, considero que devemos ir passo a passo. Isto é, considero que primeiro devemos tratar em profundidade o tema de comércio exterior e depois ampliar o de serviços. Considero que quanto maior seja o banco de dados da ALADI, melhor, mais prestigiosa será a ALADI, porque terá um banco de dados sério. Mas, considero que com a escassez de recursos existentes, muitas vezes falta pessoal técnico, e o importante seria ir avançando sobre o que consideramos prioritário. Atualmente, o prioritário são as estatísticas de comércio exterior. Uma vez que isto esteja funcionando bem, começar a aprofundar outros temas que me parecem úteis como serviços, transporte, turismo, etc.; mas não seria correto enfocar ou avançar em conjunto com muitos temas porque talvez não cheguemos a ter funcionando ou não possamos concluir de forma perfeita nenhum deles.

PRESIDENTE Muito obrigado.

Tem a palavra o Senhor Representante do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Senhor Presidente, desejo fazer dois comentários.

Em primeiro lugar, desejo apoiar as expressões do Embaixador da Argentina, ou seja, a prioridade deve ser construir uma base de dados de comércio exterior, confiável e utilizável de forma imediata pelos nossos Governos, sem prejuízo, logicamente, de que para o futuro já se comece um trabalho, se há recursos, sobre serviços.

No que se refere ao segundo tema, o de procedimento, desejaria manifestar que estou de acordo também com o Senhor Presidente, no sentido de que este relatório seja analisado diretamente pelo Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Atividades de Informação e de Cooperação Institucional com vistas ao trabalho sugerido pelo Embaixador do Chile, no sentido de ver que recomendação específica teríamos que aprovar.

O grupo de trabalho está sob a coordenação da Delegação do Brasil, através de seu Representante Alternativo, quem me diz que tem a intenção de convocar sua próxima reunião para a próxima semana, terça-feira, dia 19. Então, já teríamos um acompanhamento imediato e se os senhores estivessem de acordo, incluiríamos na agenda o exame do relatório desta reunião com vistas a preparar eventuais sugestões de decisões ou projetos de resolução por este Comitê, do ponto de vista do grupo de trabalho.

Assim, já haveria um acompanhamento imediato. A reunião será na próxima terça-feira, dia 19. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante.

Tem a palavra o Senhor Representante do México.

Representação do MÉXICO (José Luis Solís). Obrigado, Senhor Presidente.

Esta Representação também atribui muita importância ao tema serviços, no que se refere ao fornecimento de estatísticas de comércio. Por conseguinte, apoiamos a proposta da Representação da Colômbia. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Secretaria-Geral.

SECRETARIA (Edgardo Antelo). Com relação à consulta da Representação do Uruguai ficaram dois temas: o primeiro, referente ao motivo que provocou o retrocesso do comércio negociado.

Desejo manifestar o seguinte: a informação de comércio negociado existe. A Secretaria faz um esforço importante a partir do ano 93 para que todos os países tenham adjudicado comércio negociado. Acontece que em cinco ou seis dos casos essa informação é genuína, é o que o país informa que negociou através de um acordo na ALADI e indica, na maioria dos casos, o correspondente código NALADI/SH. Com relação aos demais países, o que se faz é aplicar uma metodologia que identifica o produto negociado entre ambos os países, identifica-se se estava negociado no âmbito de um acordo e adjudica-se o comércio. Ou seja, é a forma de aproximar o dado. Seria desejável ter a informação genuína de todos os países.

Com relação às causas, a leitura indica que podem ter sido dois temas de conjuntura. O primeiro: as mudanças sucessivas em acordos e que os sistemas não estavam preparados e eventualmente –coisa que constatamos porque mantemos contato

permanente com os organismos- é que os organismos sofreram mudanças em seus próprios sistemas, incorporaram novas tecnologias e priorizaram suas atividades estatísticas ou operacionais em detrimento, neste caso -ou em prejuízo- de atender os requerimentos da Secretaria-Geral. Em muitos casos isso se solucionou ou foi solucionado. Em outros estamos esperando resposta. Ou seja, o diagnóstico de retrocesso é válido para o ano 98; havia seis países que comunicavam genuinamente o comércio negociado, e agora temos quatro que o comunicam bem e dois que tiveram inconvenientes.

Outro tema que apresentava a Representação do Uruguai é se a informação de comércio negociado está nos documentos aduaneiros. Obviamente, consideramos que está. De fato, a recomendação da Secretaria-Geral a este Comitê para convocar também esta reunião técnica, além dos organismos responsáveis, as alfândegas, referia-se a conversar com as alfândegas sobre os inconvenientes e analisar os documentos aduaneiros, coisa que também coincidia com outro requerimento que a Secretaria tinha para realizar, referente a um sistema de informação dos documentos aduaneiros vigentes.

PRESIDENTE. Obrigado.

Se não há mais informações, o Comitê encarregaria ao Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Atividades de Informação e de Cooperação Institucional a consideração, em suas próximas reuniões, deste relatório, levando em consideração os critérios e orientações manifestadas pelas Representações que participaram, e quando o grupo de trabalho tiver concluído seu relatório, que o apresente com as recomendações necessárias para sua consideração neste Comitê.

Tem a palavra o Senhor Representante da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Manuel José Cárdenas). Desejaria manifestar que estou de acordo com o resumo da Presidência, mas também desejaria que fosse levado em consideração o pedido que tinha feito para que a Secretaria trabalhasse juntamente com a CEPAL para analisar o tema serviços. Na realidade, o tema serviços não é totalmente alheio aos bens; hoje, trinta, quarenta por cento do comércio de bens está muito vinculado ao comércio dos serviços. Estou de acordo em que a prioridade seja o comércio de bens, mas também devemos começar a tratar o tema de comércio de serviços. Então, dando prioridade ao tema do comércio de bens, a Secretaria poderia fazer alguma análise juntamente com a CEPAL para saber como se relaciona uma coisa com a outra. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado.

A sugestão do Senhor Embaixador da Colômbia, apoiada pelo México, será levada em conta pela Secretaria-Geral na elaboração de seus trabalhos futuros.

Passamos ao próximo tema.

6. Discussão do tema "Medidas não-tarifárias no âmbito da ALADI".

PRESIDENTE. Cedo a palavra aos Senhores Representantes que desejem manifestar-se sobre este tema.

Representação do MÉXICO (José Luis Solís). Obrigado, Senhor Presidente. Buscando um pouco entre os antecedentes deste tema, a Secretaria-Geral apresentou para

a consideração dos países-membros o documento Restrições não-tarifárias previstas nos acordos de complementação econômica de terceira geração, documento ALADI/SEC/dt 406, de 29 de outubro de 98, em cumprimento do programa de atividades desse ano.

Como manifestávamos em determinado momento, este documento tem algumas limitações importantes. Primeiro, o estudo deveria ter sido feito sobre todos os acordos assinados no âmbito da ALADI, independentemente da abrangência e profundidade do programa de liberalização adotadas em cada um deles. Por conseguinte, esse estudo deixa fora da análise acordos bilaterais como os assinados pelo México e pelos países-membros do MERCOSUL, entre outros.

Segundo, somente se apresentam as medidas “inventariadas” nos acordos e, por conseguinte, ficam fora da análise as medidas posteriores à assinatura dos mesmos.

Terceiro, não se analisa a forma em que são aplicadas as medidas não-tarifárias nem se avalia a forma em que podem estar afetando o comércio intra-regional.

Posteriormente, a Secretaria-Geral publicou uma revisão 1 deste documento, com data 13 de abril do presente ano, que tem duas modificações sobre o documento original. Primeiro, é atualizada a informação correspondente às diferentes medidas inventariadas nos acordos.

Em segundo lugar, são analisados os compromissos que regem na OMC para o tratamento das medidas não-tarifárias.

Embora estas modificações ao documento sejam importantes, acreditamos que subsistem as limitações que assinalamos.

Oportunamente esta Representação aderiu às duas propostas da Secretaria-Geral, contidas no documento ALADI/SEC/dt 406. Isto é, a primeira, a elaboração de um estudo orientado a avaliar as medidas não-tarifárias que, na prática, afetam ou podem afetar o intercâmbio comercial intra-regional, em seu caráter básico ou na forma em que são aplicadas. Isto consta na página 2, parágrafo dois, do documento.

Segundo, a criação de mecanismos de controle que, por um lado, identifiquem e propiciem a eliminação das restrições não-tarifárias pactuadas que estão em vigor e, por outro, harmonizem o uso daquelas restrições não-tarifárias compatíveis com a necessidade de desenvolvimento ou adotadas em situações críticas. Isto figura na página 7, parágrafo dois.

Insistindo sobre este tema, o documento diz “...que a semelhança de normas e compromissos assumidos” –refere-se aos acordos de terceira geração– “favorece a compatibilidade dos acordos e, eventualmente, a adoção de compromissos a nível regional.” Isto figura na página 7, parágrafo quatro.

O México apóia estas iniciativas, que têm por objetivo propiciar a gradual eliminação das restrições não-tarifárias no comércio regional, bem como promover a harmonização na aplicação destas mesmas medidas em casos necessários.

Portanto, esta Representação opina que deveria ser feita uma análise mais profunda destas propostas e ver a maneira de viabilizá-las para que constem no programa de atividades da Associação para o ano 2000.

Por outro lado, vimos com simpatia uma proposta do Brasil, de não somente analisar as restrições não-tarifárias aplicadas na região, mas também aquelas aplicadas pelos países industrializados às exportações de nossos próprios países.

Aproveitamos esta oportunidade para dar nosso apoio a esta iniciativa e para sugerir que seja considerada sua inclusão no programa de trabalhos do próximo ano.

Finalmente, desejaria mencionar que o México considera de muita utilidade a base de dados sobre medidas não-tarifárias desenhada pela Secretaria-Geral e apóia decididamente seu aperfeiçoamento e atualização.

Gostaria de comentar que nossas autoridades já revisaram a informação recopilada pela Secretaria-Geral sobre as medidas não-tarifárias aplicadas no México e que enviamos à Secretaria-Geral as observações pertinentes.

Da mesma maneira, desejamos que a Secretaria-Geral nos informe se já se concluiu o processo de revisão da base de dados por parte dos demais países-membros e se foi concluída sua atualização. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado à Representação do México.

Tem a palavra o Representante do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Obrigado, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, queria agradecer à Secretaria, em primeiro lugar, a revisão do documento ALADI/SEC/dt 406, que circulou em abril. A nosso juízo, a Secretaria cumpriu o mandato previsto no programa de trabalhos, de inventariar as medidas não-tarifárias que figuram nos diferentes processos sub-regionais e bilaterais no âmbito da ALADI.

Creio que o documento apresenta uma fotografia do tratamento dessas restrições, fornecendo-nos uma informação útil.

Como manifestei, a Secretaria cumpriu seu objetivo. Não foi além, como bem manifestou o Representante mexicano, e para nós é o que deve fazer. Isto é, ater-se nada mais que à apresentação desta fotografia das medidas.

Não acreditamos que este Comitê e a Associação, como órgão independente, deva atribuir-se uma tarefa de eliminação e harmonização dessas restrições não-tarifárias, que estão envolvidas em acordos sub-regionais, por ser uma tarefa absolutamente impossível de realizar a nível dos doze países.

Esses temas de restrições não-tarifárias são, como todos sabemos, muito diversificados, muito complexos e muito sensíveis em nossos países. Então, considero que seria uma tarefa utópica e de uma visão quase ridícula propor aqui o início de um processo de negociação, de harmonização, de eliminação de barreiras não-tarifárias a nível dos doze países.

Por isso creio que a Secretaria fez bem apresentando o que estava estabelecido no programa de trabalhos, e assim deve proceder no próximo ano com relação ao programa do ano 2000.

Não acreditamos que os escassíssimos recursos financeiros e de pessoal que tem a Secretaria, que –como o Secretário-Geral vem repetindo sempre à beira de uma crise financeira permanente- devam ser utilizados para trabalhos que estão sendo desenvolvidos da melhor maneira no âmbito dos acordos sub-regionais e bilaterais enquadrados na Associação. Por exemplo, no MERCOSUL temos um órgão específico, o CT8, o Comitê Técnico 8, encarregado disto com grandes dificuldades entre quatro países para os trabalhos de eliminação e harmonização de medidas não-tarifárias. Imaginemos o que poderia acontecer se tentássemos fazê-lo a nível de doze países com legislações e compromissos multilaterais tão diferentes como são os casos entre nossos acordos sub-regionais e bilaterais. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante do Brasil.

Tem a palavra o Senhor Representante do México.

Representação do MÉXICO (José Luis Solís). Obrigado, Senhor Presidente.

Esta Representação, longe de considerar utópica ou ridícula a possibilidade de identificar e propiciar a eliminação deste tipo de medidas, considera que este é um dos temas centrais da agenda de comércio, não somente a nível regional, mas a nível internacional, pelo qual reiteramos nosso interesse em que a Associação realize atividades tendentes a identificar estas medidas, a propiciar sua paulatina eliminação, na medida em que é uma das condições indispensáveis para poder fazer crescer o intercâmbio comercial entre nossos países e para que este intercâmbio se concretize em condições de maior estabilidade, equidade, etc. Portanto, reiteramos nosso interesse em que este tema seja tratado na Associação e que conste, precisamente, no programa de atividades do próximo ano. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado.

Se não há mais intervenções, a Presidência submete à consideração dos senhores a análise deste tema no grupo de trabalho sobre programa de atividades porque nesse foro se poderia discutir e preparar o programa de forma mais cuidadosa para depois submetê-lo à consideração deste Comitê.

Tem a palavra o Senhor Representante do México.

Representação do MÉXICO (José Luis Solís). Obrigado, Senhor Presidente.

Desejaria reiterar nossa pergunta à Secretaria para que nos informe se os demais países-membros já concluíram o processo de revisão da base de dados. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Eu tinha, dentro da proposta que fazia a Presidência, uma segunda parte, justamente, que era dar a palavra à Secretaria-Geral para responder as perguntas da Representação do México.

Tem a palavra a Secretaria-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO (Gustavo A. Moreno). Muito obrigado, Senhor Presidente.

Desejaria informar que o tema foi incorporado à agenda de hoje, levando em conta o programa de atividades da Associação para o ano 99, que figura no ponto 2.2: “Discussão

por parte do Comitê de Representantes do tema “medidas não-tarifárias” no âmbito da ALADI”. Essa foi a razão para incorporá-lo à agenda de hoje.

Quanto à pergunta específica da Representação do México, somente recebemos uma nota no mês de maio da própria Representação do México, apresentando observações sobre este tema. É o único país que respondeu até o presente. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado à Secretaria-Geral.

Se não há mais observações sobre este tema, passamos ao seguinte ponto.

7. Consideração do documento “Elementos para o aperfeiçoamento do Regime Regional de Salvaguardas” (ALADI/SEC/dt 402).

PRESIDENTE. Pergunto à Representação do México se deseja fazer uso da palavra.

Representação do MÉXICO (José Luis Solís). Sim, Senhor Presidente.

Esta Representação propõe que o Comitê de Representantes convoque um grupo de trabalho para analisar este documento que foi submetido à consideração dos países desde o ano passado. O objetivo deste grupo de trabalho será analisar as observações e comentários dos países-membros. O México e o Chile já enviaram seus comentários por escrito sobre a proposta da Secretaria-Geral, relativa aos elementos a serem levados em conta para aperfeiçoar o regime de salvaguardas da ALADI.

Posteriormente, e levando em conta os resultados das deliberações deste grupo de trabalho, seria solicitada à Secretaria-Geral a elaboração de um projeto de modificação do regime regional de salvaguardas, que certamente seria apresentado para consideração no decorrer do próximo ano. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado à Representação do México.

Tem a palavra o Senhor Representante do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Senhor Presidente, este tema não estava incluído em nossa agenda, mas uma consulta rápida a alguns antecedentes mostra que o documento da Secretaria, a que faz referência o Senhor Representante do México, é o documento de trabalho ALADI/SEC/dt 402, distribuído em julho de 98, há um ano e três meses, que tinha sido discutido na sessão deste Comitê, depois de sua apresentação em agosto de 98; ou seja, faz mais de um ano. Nessa oportunidade esta Delegação esteve de acordo em que fosse criado, logicamente, o grupo de trabalho, como sugere o Senhor Representante do México, para examinar o documento da Secretaria.

Ao mesmo tempo, nessa discussão de agosto de 98, neste mesmo Comitê adiantamos alguns comentários sobre o documento da Secretaria, que neste caso, ao contrário do documento do ponto anterior, considero que foi longe demais, no sentido de que propõe uma revisão da Resolução 70 do Comitê de Representantes, que tem a ver com o sistema de salvaguardas da Associação.

Presidente, salvaguardas são restrições ao comércio, e também aí temos um tema muito sensível, politicamente quase explosivo nestes tempos, em relação a nosso comércio no âmbito da Associação.

Repito: não temos nenhum inconveniente em que seja convocado o grupo de trabalho que propõe o Representante do México, mas considero que dizer que deste grupo de trabalho vai sair uma recomendação para a revisão do sistema de salvaguardas da Associação seria adiantar demasiado as coisas. Pelo contrário, creio que as dificuldades que teremos entre os países para convencer-nos de que é necessário fazer esta revisão do regime de salvaguardas, levarão a uma recomendação no sentido de não tocar o sistema de salvaguardas existente.

De qualquer maneira, repito, essas discussões se realizarão no grupo de trabalho que propõe o Representante do México, se se considera necessário criá-lo. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado.

Tem a palavra o Senhor Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado, Senhor Presidente.

Para acompanhar a proposta de que se reúna o grupo de trabalho, mas me parecia que como todo grupo de trabalho, a convocação não deve incluir o resultado. Considero que o grupo de trabalho deve ter um mandato: analisar a Resolução 70 e nada mais. Esse seria o mandato; considero que seria um pouco apressado dizer-lhe o que é que deve resolver. Fará a análise e as recomendações que julgue convenientes em um ou outro sentido. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado.

Tem a palavra o Senhor Representante da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Ruben Pacheco). Obrigado, Presidente.

Na mesma ordem de idéias da Argentina, apoiamos a proposta do México no sentido de aprovar um mandato para a criação do grupo de trabalho que trate o tema de salvaguardas sem que estabeleça exatamente quais serão os resultados; isto é, que seja feito um projeto ou não; isso é outra coisa, mas estamos de acordo em criar o grupo.

PRESIDENTE. Assumo que há acordo para considerar este tema em um novo grupo de trabalho ou talvez dentro de algum grupo que já esteja funcionando. Não desejaria ... Tinha pensado em um momento que o tema fosse considerado pelo grupo do programa de atividades mas, parece que não é ...

Hilaridade.

... não é viável, e teríamos que criar um novo grupo.

Tem a palavra o Senhor Representante do México.

Representação do MÉXICO (José Luis Solís). Para apoiar a criação de um novo grupo de trabalho e que seja coordenado pela Secretaria-Geral. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Normalmente, vou comentar como Presidente, propiciamos que os grupos de trabalho estejam coordenados por um dos Representantes Permanentes, titulares ou Alternos. Esse é um comentário que desejaria fazer, de caráter geral. Está também pendente a designação de um presidente para o grupo de trabalho sobre países de menor desenvolvimento econômico relativo, que transitoriamente encarregamos à Secretaria-Geral.

Em todo caso, o Senhor Representante do México sugeriu que este grupo de trabalho fosse coordenado pela Secretaria-Geral, o que submeto a consideração.

Tem a palavra o Senhor Representante do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Obrigado, Senhor Presidente.

Estou de acordo com Vossa Excelência: é melhor que os grupos de trabalho do Comitê, como norma geral, estejam presididos pelos Representantes ou seus Adjuntos. Creio que, às vezes, como este tema de salvaguardas, são temas muito sensíveis e cai mal para a Secretaria; é uma carga adicional para a Secretaria ter que presidir reuniões em que os temas são claramente sensíveis.

Então, é melhor que, sempre que possível, a Presidência fique em mãos dos países, não da Secretaria, para preservar a independência da Secretaria, basicamente. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante do Brasil.

Como procedemos? Por ordem alfabética ou por sorteio?

O Senhor Representante de Cuba ficou me olhando. Creio que os demais países verão com muita simpatia ...

- Hilaridade.

Submeto a consideração o tema. O Comitê estaria de acordo em que este grupo de trabalho fosse coordenado pelo Embaixador de Cuba?

Sim, por unanimidade. Parabenizamos o Senhor Representante de Cuba por sua designação.

SECRETÁRIO-GERAL. Muito obrigado, Presidente. Colaboraremos com o Representante de Cuba para o desenvolvimento de sua gestão, sabemos que será muito boa à frente do Grupo de Trabalho de Salvaguarda.

PRESIDENTE. Passamos ao seguinte ponto.

8. Assuntos diversos.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Secretaria-Geral.

- Informe do Secretário-Geral sobre a Quinta Assembléia Extraordinária da Comissão de Turismo da América do Sul (COTASUL) (Santiago, 25 de setembro).

SECRETÁRIO-GERAL. Senhor Presidente, queria informar que dia 25 de setembro passado tivemos ocasião de participar da Quinta Assembléia Extraordinária da Comissão de Turismo da América do Sul, em Santiago do Chile.

Nessa ocasião, novamente os países participantes tiveram a oportunidade de analisar o estado em que se encontra o projeto de promoção turística para América do Sul, projeto que está tendo muitas dificuldades quanto a seu desenvolvimento, basicamente pela contribuição do financiamento correspondente por parte de cada um dos países participantes.

Nesse sentido os países decidiram estabelecer, como data limite, 20 de dezembro deste ano, com o objetivo de que se até esse momento não se realizam as contribuições dos países, o projeto seria eliminado para ser desenvolvido por todos os países-membros da COTASUL.

Lamentavelmente existe um contrato com a empresa THR, da Espanha, que já adiantou algumas atividades, mas isto no caso de não contar com o financiamento de todos os países participantes do projeto e, por conseguinte, o projeto seria cancelado.

Do nosso ponto de vista institucional, foi muito importante a discussão porque o Presidente da COTASUL, que é o Secretário de Turismo da Argentina, Francisco Mayorga, apoiado pelas delegações do Chile e do Uruguai, manifestou a necessidade de retomar o foro do Conselho de Turismo existente a nível da ALADI em seu conjunto, não somente os dez países da América do Sul, mas também o México e Cuba.

Nessa ocasião os três representantes desses países manifestaram que havia alguns avanços importantes, sobretudo em matéria de cooperação e de intercâmbio de informação muito valiosa, que serviu para, progressivamente, se não harmonizar, ir aproximando determinadas legislações em alguns países em matéria turística. E nesse sentido a Secretaria-Geral se comprometeu a apresentar, na próxima reunião da COTASUL, uma síntese de todos os trabalhos realizados, a situação dos mesmos e o tratamento que lhes foi dado no âmbito do Conselho de Turismo. Vamos iniciar as coordenações pertinentes, uma vez concluídos os três processos eleitorais que estão em andamento, com o objetivo de convocar o Conselho de Turismo da ALADI no decorrer do ano 2000, a fim de que possa reunir-se em nossa sede ou em outro país-membro da Associação, mas não coincidindo com outras de caráter internacional. Neste caso, a reunião da COTASUL realizou-se no âmbito da Assembléia da Organização Mundial de Turismo. Nós também participamos como observadores das reuniões, não da assembléia como tal, mas da reunião do capítulo latino-americano e caribenho, que trata os assuntos relacionados com a OMT, órgão com o qual a Secretaria-Geral tem um convênio de cooperação que lamentavelmente houve muita dificuldade para levar à prática, sobretudo pelas restrições de caráter financeiro que estão vivendo as duas organizações.

Em síntese, Presidente, o projeto PROSUL está à espera do financiamento por parte de vários países. A data limite é 20 de dezembro. Se até essa data não se cristaliza a contribuição dos países participantes, será dado por cancelado o projeto; em segundo lugar, iniciaremos as coordenações correspondentes para que no próximo ano possamos ter uma nova reunião do Conselho de Turismo, não mais com a participação de dez, mas da totalidade dos países-membros, devido à importância que

os mesmos deram ao tema e os programas que estavam desenvolvendo no âmbito desse foro.

Isso era tudo, Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Secretário-Geral.

Tem a palavra o Senhor Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado, Senhor Presidente. Somente desejo fazer uma pergunta.

O Secretário-Geral mencionou algum contrato com uma empresa privada. Desejaria saber o nome da empresa privada com a qual assinou o contrato. Obrigado.

SECRETÁRIO-GERAL. Com os países participantes; não foi com a Associação, foi com os países. Eles trabalham diretamente com os países. Nós, para esclarecê-lo, somos unicamente “conta andante”, nós somos os administradores do dinheiro dos países. Assinamos os cheques, mas eles dão as ordens de pagamento. Eles administram diretamente o projeto, mas não têm dinheiro neste momento. Somente fizeram sua contribuição completa a Argentina e o Chile; o Equador concretizou uma parte da contribuição e reiteradamente os demais participantes manifestaram, em diversas ocasiões, que têm interesse em participar do projeto, que já vem o dinheiro, mas o dinheiro nunca chega, e o projeto continua paralisado. Aparentemente tudo parece indicar que lamentavelmente o projeto não vai continuar.

PRESIDENTE. Muito obrigado.

Se não há comentários, agradecemos o informe do Senhor Secretário-Geral.

Senhores, muito obrigado, encerra-se a sessão.
